

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao vigésimo quarto dia do mês de Junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://meet.google.com/ysm-uwwg-dgr>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes conselheiros: **Governamentais**: Ana Felícia Bodstein (SEJUF) - Titular, Saul Dorval da Silva (Casa Civil/SUDIS) – Titular, Edson Belo Clemente de Souza (SETI) – Suplente, Danilo Peres Buss (SECC) – Titular, Luciane Taline da Costa (SEJUF/DAS) – Suplente. **Soc. Civil**: Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Marcia Terezinha Ponce (CÁRITAS Regional PR) – Titular, Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular, Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente, Rima Awada Zahra (CRP) – Titular, Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP) – Suplente, Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular, Elizete Sant’Anna (Pastoral Migrante) – Titular. Demais participantes da reunião: André Martini, Antonia de Meira Schena, Antonio Lorencini, Claudia Anjos – OIM, Claudia Estorilio, Emmanuel Predestin, Gabriela Gonçalves Nogarolli – MPPR, Gabriela Teixeira – CRP, Graziella Molina – SEJUF/DEDIF, Isabella Traub, Izabel Araujo Neckel – PUPCPR, Janaina Ribeiro, Jane Vasques – Secretária Executiva; Jonas Rodrigues – Cáritas; Julia Crubellate; Luan Mazieri; Luana Lubke – SEJUF/DAS; Luiza Gagliardi; Raquel Carvalho; Roselene Sonda – MPPR; Tatyana Friedrich; Vitor Jasper. **1. Abertura**: após a visualização de quórum, a presidente Márcia Ponce saudando os conselheiros e conselheiras presentes; agradeceu também o apoio que recebeu do conselho ao atravessar um momento difícil em decorrência a perdas relacionadas à covid-19. **2. Apreciação e Aprovação das Pautas**: pauta aprovada com as seguintes inclusões: propostas pela SEC Jane, Retificação da ata de Fevereiro sobre a participação e a eleição do Conselheiro Jefferson; pela presidente, Elaboração e Envio de uma Nota de Repúdio à fala do Governador em uma entrevista com relação ao litoral de Matinhos. Pautas aprovadas com as inclusões supracitadas. **3. Aprovação da Ata de Abril e Maio de 2021**: a SEC Jane informou que os únicos pedidos de correção visualizados por ela foram realizados pela conselheira Elizete, que informou da ausência de seu sobrenome na ata, o qual já fora corrigido e reenviado; adiante, entretanto, o conselheiro Alisson informou que também havia enviado solicitações de modificação, as quais narrou no conselho: inclusão na linha 143 de que ele se colocou à disposição para atuar na comissão de gestão de informação assim como na pesquisa que esta se propunha a realizar, na ata da reunião de Maio. A secretária disse que não conseguira ter acesso ao e-mail enviado pelo conselheiro, haja vista a ausência de tempo hábil entre tal envio e a reunião, ratificando o pedido de que as solicitações de alteração sejam feitas um ou dois dias anteriores à plenária, mas que as atualizações solicitadas, de todo modo, serão realizadas tal qual a demanda explicitada. Atas aprovadas. **4. Inclusão de Pauta: Retificação da ata de Fevereiro sobre a participação e a eleição do Conselheiro Jeferson**: a secretária Jane esclareceu que a solicitação de inclusão deu-se pois: na reunião de Fevereiro o conselheiro Jefferson informou de sua disponibilidade à vice-presidência, contudo, no protocolo em que o ofício tramita houvera o retorno da ausência de clareza quanto à nomeação deste; por isso, a SEC pediu pela aprovação, uma vez mais, do conselheiro como vice-presidente, confirmando a nomeação a fim de que se esclareça, por escrito, o processo, o que também dará autenticidade às alterações na ata de nomeação. O conselheiro Danilo, contudo, questionou a natureza da formalidade,

colocando em cheque se esta se trata de uma aprovação ou de uma ratificação, justificando que participou do processo e que este deu-se de maneira válida em todo seu percurso e o conselheiro, evidentemente, fora eleito de modo efetivo; nesse viés, a SEC disse que lhe incorreu a mesma dúvida e que esta fora enviada como provocação à contestação, entretanto, ainda assim fora informada que para os agentes do trâmite a ata em que a nomeação está registrada ficou confusa. Diante dos expostos, os conselheiros governamentais mantiveram a posição de que o processo deu-se de maneira lícita entre as próprias representações e, portanto, não caberiam renomeações, mas que estão de acordo com ratificações. Parecer: fica, assim, retificada a nomeação do conselheiro Jefferson de Oliveira Salles como vice-presidente do CERMA/PR. **5. Inclusão de Pauta: Elaboração e Envio de uma Nota de Repúdio à fala do Governador em uma entrevista com relação ao litoral de Matinhos:** a presidente introduziu à pauta rememorando a entrevista em questão, na qual o Governador referiu-se às obras na orla de Matinhos; nesta, o Governador diz, com suas palavras citadas aqui: “Não aguento mais ver Santa Catarina virar Miami e o Paraná o Haiti”. A fala repercutiu de maneira preconceituosa, xenófoba, racista, estereotipada e bastante infeliz; sendo assim, a Soc. Civil do CERMA/PR elaborou e lançou uma Nota de Repúdio referente a essa fala, tendo em vista, sobretudo, o respeito pela população haitiana que está no Paraná e contribui, inclusive, com o desenvolvimento do Estado. A proposta, portanto, é de que se elabore e se emita uma Nota de Repúdio do próprio CERMA/PR em relação a esta fala – o que não teria teor político ou partidário, salientou a presidente, nem teria a intenção de realizar, mas apenas, rememorou ainda a Márcia, que se trata de um conselho de direitos especificamente voltado ao tema da migração; tratando do tema da migração, compete ao conselho e a seus conselheiros e conselheiras, pessoas envolvidas no tema, defender os direitos dessas pessoas, principalmente no que diz respeito à dignidade da pessoa humana. O conselheiro Danilo absteu-se do tema, justificando que sua abstenção dá-se por razões técnicas, já que faz parte do projeto de obras mencionado pelo Governador durante a fala. Ana Felícia também se absteve. O conselheiro Edson, representante da SETI, um braço do governo estadual, relatou sentir-se à vontade em apoiar a elaboração da Nota de Repúdio, já que, demarcou, este é o papel do conselho. **Parecer do CERMA:** Nota de Repúdio aprovada com 8 aprovações e 2 abstenções. **6. Relatos das Comissões e GT: 6.1 – Comissão de Comunicação e Eventos:** a conselheira Andressa relatou: a comissão reuniu-se e elaborou o início de um projeto que será apresentado ao conselho no futuro, mas a conselheira já adiantou que este trata-se da proposta de criação das redes sociais do CERMA/PR, conforme abordado na reunião do mês anterior, que já fora alinhado com a mesa diretiva e o responsável pela comunicação da SEJUF; a proposta é pela criação de um ‘Instagram’ e de um ‘Facebook’ do conselho, criando-se, portanto, um e-mail para tal, e com as senhas disponíveis aos membros da comissão e a mesa diretiva; se aprovada a proposta, solicitar-se-á que as demais comissões enviem materiais para que sejam publicadas, alimentando as redes, apresentando o que é o conselho, suas razões e atuação, facilitando a disponibilização do acesso às informações, além de dar publicidade ao que o conselho debate. Salientou ainda que nenhum material será publicado sem avaliação prévia. Além de apoiar a proposta, a conselheira Ana Felícia solicitou que se divulgue desde já o Curso Ciclo de Capacitação do CEIM para Migrantes, organizado pela SEJUF em parceria com a OIM. **Parecer do CERMA:** aprovado. **6. 2 – Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos:** DATA: 22/06/2021. Conselheiros e



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

colaboradores: Juliana Silva – CRESS, Ana Felícia de Freitas – SEJUF/DEDIF/DMRA, Luciane Costa - SEJUF/DAS. COLABORADORES OU GT: Elizente Sant’Anna – Pastoral do Migrante de Curitiba, Lucia Bamberg - Pastoral do Migrante de Curitiba, Nadine Hyppolite - Voluntária Pastoral do Migrante de Curitiba, Luana Lubke – SEJUF/DAS, Vitor Jasper – UFRJ, Izabel Araújo Neckel – PUC/PR, Thaís Diniz – Comissão de DH Dep. Tadeu Veneri, Gabriela Nogarolli – MP/PR, Regina Guimarães – Receita Federal. Coordenador: Juliana Mara. Relator: Juliana Mara e Vitor Jasper. **1.Pauta:** - Participação do representante da Receita Federal na comissão; - Contribuições para Nota Técnica sobre crianças e adolescentes migrantes separados e desacompanhados; - Informe e encaminhamentos sobre o GT de ocupações; - Desdobramentos sobre o ofício em resposta ao MP. **Histórico:** 1 - Breve participação da Sra. Regina Guimarães, representante da Receita Federal, a convite da Ana Felícia e da Kelly Letchakowski, para explicar sobre a instrução normativa da Receita em relação aos documentos necessários para solicitação do CPF. Entendemos a necessidade do diálogo com a Receita devido à dificuldade relatada pelos migrantes de obter o CPF; 2 - Na reunião do CERMA no dia 10/06/2021, foi apresentada a nota técnica sobre crianças e adolescentes migrantes separados e desacompanhados, elaborada por esta comissão. Em plenária foram levantadas algumas sugestões que deveriam ter na nota para melhor compreensão do tema tratado no texto. Gabriela Nogarolli do MP e Claudia Anjos da OIM se colocaram a disposição para as contribuições; 3 - Foi colocado em debate o posicionamento da comissão em relação ao Protocolo nº17.611.443-6, referente ao Ofício nº052/2021 CERMA, sobre os documentos para contratação de migrantes. 4 - Breve participação da Thais, representante da comissão de Direitos Humanos no mandato do deputado Tadeu Veneri, para relatar sobre a reunião que teve com o secretário de políticas públicas de Araucária. **O parecer da Comissão:** 1 – A proposta é levar para aprovação dos conselheiros a participação da sra. Regina na plenária do dia 29/07/2021. Neste dia, ela fará uma apresentação do material instrutivo com as normas da Receita Federal sobre o acesso ao CPF. Foi acordado que tal material instrutivo deveria ser disparado para os demais conselheiros somente após a reunião do CERMA no dia 25/06/2021 para que não haja qualquer tipo de confusão em relação às datas de apreciação do documento. Sendo assim, os conselheiros teriam um tempo significativo para apreciação e estudo do material antes da plenária do mês de julho. Inclusive, a sra. Regina enfatizou a importância de que o material seja estudado previamente para que os conselheiros possam avaliar o documento e elucidar qualquer dúvida que ainda permaneça. Ana Felícia ficou responsável em fazer a mediação entre o CERMA e a sra. Regina; 2 – A nota técnica sobre crianças e adolescentes migrantes separados e desacompanhados foi compartilhada em tela na reunião e discutida. Além de realizar as alterações propostas na plenária do dia 10/06/2021, ao longo da discussão surgiram algumas outras contribuições. Ficou acordado com o grupo, que o documento seria compartilhado no drive, para que cada um fizesse a contribuição na parte em que se comprometeu. Assim que for finalizado, será encaminhado para a Jane e demais conselheiros para aprovação em plenária; 3 - Sobre o protocolado a proposta da comissão é que em resposta ao MP, devemos anexar os documentos do MP e ME, juntos com a cartilha da OIM sobre orientação à empresa sobre a contratação de migrantes, reiterando e concordando com as orientações encontradas nos documentos; 4 - Proposta de compartilhar no GT sobre ocupações, a necessidade de uma nova data de reunião para seguirmos com os

encaminhamentos apontados pelo grupo na última reunião do dia 07/06/2021. **Parecer do CERMA:** aprovado; a Nota Técnica será disponibilizada aos conselheiros previamente, assim como aos convidados e membros observadores. Ficou definido o tempo de 30 min de fala para a Dra. Regina. A presidente rememorou que a próxima reunião será descentralizada e com a presença dos municípios convidados, o que não se pode perder de vistas; Juliana respondeu que tal situação fora visualizada, mas que a urgência do tema fez com que se pesasse a decisão neste sentido. **6.3 – Comissão de Gestão da Informação:** Data: 21/06/2021, às 14h. Conselheiros e convidados presentes: Iene de Paula Machado – Cáritas Londrina, Elizete Sant’Anna – Pastoral Migrante, Nadine Hipólito – Pastoral Migrante, Edson Belo Clemente de Souza – SETI, Izabel Araújo Nickel – PUC, Izabella Traub – UFPR. Relatora: Elizete. **Pauta:** A comissão continuou realizando o mapeamento das universidades paranaenses sobre o acolhimento e inserção de migrantes, refugiados e apátridas. A listagem das universidades consta em um ofício a ser encaminhado para o CERMA/PR e o modelo de formulário foi disponibilizado do *Google Forms*. Sugeriu-se também a utilização do material do IPEA sobre imigração, refúgio e apátrida como norte de indicadores de metodologia, além da elaboração de um projeto escrito. Também ficou definida a importância de realizar a pesquisa com algumas universidades como um projeto piloto, e também como forma de se interpretar os dados pensar o aprofundamento do que se pretende; assim, sugeriu-se que as universidades que compõe o CERMA/PR como convidadas sejam as primeiras a participar do mapeamento, definindo-se pelo encaminhamento do ofício a estas. Para a UFPR, continuou, fora criada uma pasta na plataforma “*google drive*” onde consta o ofício, que será dirigido à mesa diretiva, e o questionário. A UNILA também fora adicionada à lista de universidades. **Parecer do CERMA:** aprovado. **6.4 – Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** Gabriela relatou que a pauta da comissão voltada ao GT de Implementação do Plano Estadual. Portanto, não fora realizada uma nova reunião do GT entre a última plenária e esta, pois aguardavam o retorno das secretarias em relação ao preenchimento dos indicadores e das metas, conforme relato da última plenária, afinal. Contudo, a comissão fez uma colocação: em relação à inclusão dos migrantes no projeto de lei do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, tema trazido na última reunião pela Comissão de Denúncias e Garantia de Direito, a Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas colocou-se à disposição e sugeriu que a discussão dê-se em conjunto, podendo até mesmo voltar a discutir e se reunir enquanto comissão, para além das necessidades do GT, a fim de abordar tal pauta. A presidente e o conselho mostram-se de acordo com o retorno da comissão e sua atuação. **7. Conferência CERMA:** A presidente realizou uma explanação prévia do ponto de pauta reiterando que o CERMA não conta instâncias estaduais e/ou federais que possam convocar conferências com outros conselhos historicamente constituídos com enfoque no tema dos refugiados, migrantes e apátridas, causa e razão das conferências deste conselho serem nomeadas como “conferências temáticas/livres”, a fim de promover por uma outra via as delegações e formações. Com a conselheira Ana Felícia assumindo na SEJUF/DEDIF a coordenação da Divisão de Políticas para Igualdade Étnico-Racial, ficou definida como condutora da pauta em questão. A mesa diretiva reuniu-se previamente a fim de esclarecer de forma mais consistente os passos do processo, alinhando-o de modo a ser exposto em plenária. A palavra, tão logo, passou para a Ana Felícia, que apresentou a preposição. Ana Felícia tratou da necessidade de abordar as eleições e a conferência; outra questão debatida em

reunião foi acerca da realização da conferência de maneira remota, ideia que da qual a conselheira expôs a experiência de outros conselhos que a realizaram, onde se percebeu evasão e ausência massiva – tanto da parte da soc. civil e quanto da governamental – e muitas dificuldades tecnológicas; portanto, a indicação é de que a conferência seja realizada dentro do quadro dos possíveis após a pandemia, tendo em vista os avanços consideráveis do plano de vacinação. A proposta da conselheira, que passou pela mesa diretiva, é que a conferência seja realizada entre Junho e Julho de 2022, utilizando-se do método de prorrogação do mandato por mais 03 meses, que é o previsto no regimento interno. Portanto, a proposição dos processos ficariam da seguinte maneira: eleição por modo virtual em Março de 2022, mas com a prorrogação de 03 meses do mandato atual para que a conferência realize-se entre Junho e Julho, afinal, onde acontecerá também a posse dos conselheiros eleitos na eleição. A presidente reiterou a fala da conselheira e salientou que a ideia era de que a eleição e a conferência fossem realizadas conforme o previsto, ainda neste ano; no entanto, o cenário da pandemia ainda não é permissivo a tal ponto e o conhecimento dos danos que uma conferência totalmente remota traz fizeram com que este fosse o posicionamento adotado, com o adiamento de datas. Ana Felícia ainda mencionou que por mais que se argumente pela necessidade realização imediata, através mesmo do modo remoto e on-line, a participação dos migrantes fica comprometida, haja vista que não há garantia que eles tenham acesso aos dispositivos tecnológicos; a presidente ainda disse que a proposição vir tão cedo deve-se à necessidade de se consumir os trâmites com celeridade. Desse modo, lançou a proposta pela suspensão. Aberta a inscrição para fala dos conselheiros e convidados. Danilo mencionou que o processo de eleição já tem ocorrido através da CELEPAR. Roselene Sonda contestou quanto à necessidade de adiamento da eleição junto à conferência, já que aquela realizar-se-á de maneira remota e virtual independentemente dos cenários, a não ser que se trate de uma questão de logística – contudo, manifestou que não vê correlação prévia, além de perceber que haveriam dificuldades de lidar com as deliberações em Janeiro. Ana Felícia argumentou primeiro que, além das dificuldades de logística impostas pela lentidão dos processos, habitual no final de ano, a ideia era de que a posse acontecesse de maneira presencial – portanto, em conjunto à conferência –, o que justificaria o adiamento; mas também esteve de acordo quanto às dificuldades de o processo iniciar-se em Janeiro. Em relação ao tempo de tramitação, Gabriela questionou à Secretaria-Executiva se ainda haveria possibilidade de se executar a eleição no final deste ano, afinal, em consonância à exposição anterior; a SEC respondeu que os processos não podem ser exatamente previstos, pois dependem do fluxo de trabalho da comissão de eleição, que será composta pelo CERMA/PR, e o tempo de resposta, podendo dar-se em poucos ou muitos meses, mas que sim, seria ainda possível para o final de ano, respondendo à pergunta. Considerando se tratar de diferentes pontos, as aprovações foram desmembradas: primeiro o adiamento da conferência e sua realização presencial ou híbrida, depois o adiamento da eleição para o colegiado do CERMA/PR e adiamento da posse de nomeação. Sendo, assim a proposta da conselheira Ana Felícia fora a de: primeiro, colocar em votação a aprovação do adiamento da conferência para o próximo ano; e assim se fez. **Parecer do CERMA/PR:** aprovado o adiamento da conferência temática para 2022. Agora a votação é de outra natureza: aprovação do adiamento da eleição do CERMA/PR para meados de 2022. **Parecer do CERMA/PR:** não aprovado, ficando mantido processo eleitoral para o final de 2021. **8. Informes:** a

conselheira Elizete deu início aos informes fazendo menção, e uma homenagem, à morte prematura da missionária irmã Telma, de Roraima; rememorou suas lutas, anterior à existência das entidades e chegada das agências internacionais, batalhando pelos direitos humanos; portanto, sua morte prematura é uma grande fissura, inclusive no que diz respeito ao tema dos migrantes, onde a irmã atuou bravamente. Elizete propôs que se elabore e envie uma nota do CERMA para a congregação e diocese de Roraima. O conselho homenageou a irmã Telma e os mais de 500.000.000 mortos no Brasil pela pandemia com 01 minuto de silêncio. Aprovada a elaboração e emissão da Nota de Pesar. Adiante, a conselheira Andressa fez sua exposição: referente ao Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas em Maringá, que já havia sido comunicado na última reunião, agora a conselheira trouxe a informação de que o prefeito havia realizado a cerimônia de assinatura da sanção da lei na Cáritas e junto com demais instituições que trabalham com a temática; Andressa disse que havia convidado do secretário da Juventude e Cidadania do Município, que é haitiano, para participar da reunião, e apresentá-lo como responsável, mas infelizmente ele não pôde permanecer na sala virtual por motivos desconhecidos; portanto, tendo em vista tal ausência, a conselheira levantou uma vez mais a ideia de que seja elaborada e destinada uma carta ou nota direcionada ao conselho, fazendo ponte do CERMA com a prefeitura; aprovado. Agora, aos informes do conselheiro André: antes de sua fala, a presidente esclareceu sobre o tema, dizendo que se refere a uma pessoa no Japão que alega estar sofrendo em trabalho análogo à escravidão, tendo seu passaporte retido, e que em sua manifestação mencionou em conversa com o consulado brasileiro no Japão ter iniciado diálogo com o CERMA, com o Itamaraty e cita inclusive a Cáritas; por isso, especificamente quanto à citação à entidade, o tema foi encaminhada ao André e à Luísa afim de que eles avaliassem o caso. Portanto, a Cáritas elaborou um ofício de resposta ao conselho, frente ao que encontraram, e é o que o conselheiro expôs: André explicou que se trata de diferentes e-mails, com teores diversificados entre eles, e em um deles havia a denúncia/reclamação da pessoa de que ele estaria tentando obter refúgio ou repatriação, que ele já havia conversado com a Casa Itamaraty e com o CERMA e que ambos lhe haviam dado certeza de tais direitos, mas que o consulado não o cumpriu. Tão logo, a pessoa alega violações em seu pedido, argumentando que suas evidências foram ignoradas, acusando, entre várias entidades, a Cáritas e o ACNUR, além de apontar algumas autoridades, nomeadas, como alcoses de seu pedido. André disse que se iniciou a análise já com estranheza, haja vista a ausência de nexos no relato, mas que estes foram encaminhados a uma análise técnica da Defensoria Pública; a Defensoria respondeu que os relatos podem ter sido feitos por uma pessoa que sofre de transtornos mentais, o que é comum de acontecer, segundo eles, mesma percepção do consulado. O consulado ainda relatou ter oferecido apoio para tratamento psicológico, mas a pessoa recusou. Portanto, dado, encerrou-se as providências para o caso e encaminhou-se a decisão para o CERMA/PR. A SEC Jane informou que se teve notícias de que o caso já ocorre há alguns anos; agora, depois de contato com a mesa diretiva, repassou ao conselho que será elaborada uma resposta, além do que já fora respondido pelo Consulado. A Cláudia, da OIM, pediu a palavra e mencionou quanto ao Programa de Retorno Voluntário e Assistido da OIM, que lida, evidentemente, com a repatriação em âmbito mundial, apoiando brasileiros que desejam voltar ao Brasil; colocou, portanto, a possibilidade de uso do programa, haja vista que se faz imprescindível considerar-se

ainda o contexto que essa pessoa vive e se está acompanhada ou não. A presidente mostrou-se de acordo e ratificou a responsabilidade do conselho indiferentemente da condição do que pede ajuda, observando-se os caminhos possíveis e realizando-se contato com pessoas próximas a ele que estejam aqui no Brasil ou no Japão; portanto, propôs a elaboração de um ofício para o Itamaraty dizendo que os fatos chegam ao conselho e que este sugere caminhos, como o da possibilidade de articulação com a OIM. Adiante, a Cláudia reforçou o convite de já realizado pela conselheira Ana Felícia, quanto ao curso de capacitação da SEJUF que vem sendo apoiado pela OIM. O Pr. Marcos Stier Calixto comunicou aos conselheiros que o CAEBE montou e está atuando com um grupo de apoio aos enlutados da covid-19, com familiares e amigos de vítimas da pandemia, pedindo que os conselheiros repassem quanto ao acesso também aos migrantes

Encerramento: por fim, o CERMA realizou um minuto de silêncio em alusão às vidas perdidas para a pandemia do COVID-19. Após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha e revisada pela Secretaria Executiva Jane Vasques, do DEDIF/SEJUF.

Encaminhamentos: 3. **Aprovação da Ata de Abril e Maio de 2021:** - fica, assim, retificada a nomeação do conselheiro Jefferson de Oliveira Salles como vice-presidente do CERMA/PR. 5. **Inclusão de Pauta: Elaboração e Envio de uma Nota de Repúdio à fala do Governador em uma entrevista com relação ao litoral de Matinhos:** - Nota de Repúdio em relação à fala do Governador. 6. **Relatos das Comissões e GT:** 6.1 – **Comissão de Comunicação e Eventos:** - Criação das redes sociais do Conselho. 6. 2 – **Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos:** - participação da sra. Regina na plenária do dia 29/07/2021; 6.4 – **Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** - retorno das atividades da comissão de forma independente ao GT Ocupações.7. **Conferência Cerma:** - Aprovado adiamento da conferência e não aprovado o adiamento da eleição. 8. **Informes:** - Nota de Pesar acerca do falecimento da Irmã Telma; - Nota para o CMRMA de Maringá; - Elaboração de um ofício para o Itamaraty, em relação à denúncia de um brasileiro, que estaria vivendo em situação análoga à escravidão no Japão, dizendo que os fatos chegam ao conselho e que este sugere caminhos, como o da possibilidade de articulação com a OIM.